

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, FINALIDADES EDUCATIVAS E ESCOLA EDUCATIONAL POLICIES, EDUCATIONAL PURPOSES AND SCHOOL

Daniel Junior de Oliveira¹
Elisabeth Maria de Fátima Borges²
Cleusa Teixeira de Sousa³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender de que maneira as atuais políticas educacionais configuram e influenciam as finalidades educativas escolares, repercutindo na concretização dessas políticas no currículo escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. O referencial teórico fundamenta-se em autores como Saviani (2008, 2010), Ball (2010), Lôbo (2025), Manzi Filho e Santos (2025), Libâneo e Freitas (2023), Libâneo (2010, 2013, 2019), Lenoir (2013), Oliveira e Borges (2022, 2023) e Charlot (2024). Compreende-se que, por meio das políticas educacionais, a escola tem sido concebida como espaço estratégico para a implantação de políticas neoliberais, utilizando-se do currículo como instrumento de materialização de uma finalidade educativa de caráter instrumental. Evidencia-se que articular o estudo das políticas educacionais às finalidades educativas escolares possibilita aprofundar a compreensão das reformas em curso e de suas implicações para a escola pública brasileira.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Finalidades Educativas Escolares. Escola. Currículo. Neoliberalismo

ABSTRACT

This article aims to understand how current educational policies shape and influence the educational purposes of schools, impacting the implementation of these policies in the school curriculum. Methodologically, this is a bibliographic research. The theoretical framework is based on authors such as Saviani (2008, 2010), Ball (2010), Lôbo (2025), Manzi Filho and Santos (2025), Libâneo and Freitas (2023), Libâneo (2010, 2013, 2019), Lenoir (2013), Oliveira and Borges (2022, 2023) and Charlot (2024). It is understood that, through educational policies, the school has been conceived as a strategic space for the implementation of neoliberal policies, using the curriculum as an instrument for the materialization of an instrumental educational purpose. It is evident that linking the study of educational policies to the educational goals of schools allows for a deeper understanding of the ongoing reforms and their implications for Brazilian public schools.

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Professor no Centro Universitário Mais – UniMais, Inhumas, Goiás. Coordenador do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Finalidades Educativas Escolares (PEFEE). E-mail: danieljunior@facmais.edu.br

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora no Centro Universitário Mais – UniMais, Inhumas, Goiás. E-mail: elisabeth@facmais.edu.br

³ Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora de História da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. E-mail: cleotsou@gmail.com

Keywords: Educational Policies. Educational Goals of Schools. School. Curriculum. Neoliberalism

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, no Brasil, as políticas para a educação vêm sendo caracterizadas por transformações marcadas por reformas e descontinuidades orientadas pelo neoliberalismo, o que incide diretamente sobre a concepção de finalidades educativas escolares. No século XXI, refletir sobre as políticas educacionais, as finalidades educativas escolares e a própria escola constitui tarefa de fundamental importância, tanto para pensar a organização das políticas educacionais quanto para os cursos de formação de professores, para acadêmicos em formação, para docentes que formam outros docentes, entre outras instâncias que mantêm interesse pela temática, sobretudo para aqueles que atuam diretamente no espaço escolar. Isso se deve ao fato de que as políticas educacionais destinadas à escola são definidoras de finalidades educativas; em outras palavras, a escola torna-se um projeto em disputa por diferentes grupos que buscam definir tais finalidades. As políticas educacionais conduzidas nas últimas décadas têm reconhecido que a escola, por meio do currículo, constitui um espaço estratégico para a implantação de políticas públicas. Nesse sentido, ela se torna responsável por concretizar finalidades educativas mediante a implementação de políticas que visam estabelecer determinados currículos. A escola, para as políticas educacionais, passa a ser a executora de currículos, projetos e programas; assim, é nela que tais implementações se efetivam. Portanto, a escola se torna local de execução dessas políticas, as quais, por sua vez, definem finalidades educativas e delineiam um projeto de sociedade. Compreender como as políticas educacionais recaem sobre as finalidades educativas escolares no contexto contemporâneo é necessário, uma vez que essas finalidades revelam projetos de sociedade que estão em constante disputa e se materializam dentro das escolas por meio do currículo. Embora exista uma produção significativa sobre políticas educacionais e neoliberalismo no Brasil, ainda se faz necessário analisá-las à luz dos estudos sobre finalidades educativas escolares, a fim de compreender como essas finalidades têm sido abordadas nesse contexto. Tal articulação é o que se pretende desenvolver neste artigo.

Metodologicamente, a pesquisa constitui-se como bibliográfica, que, segundo Severino (2016), é “[...] aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrente

de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (Severino, 2016, p. 131). A pesquisa de natureza bibliográfica apoia-se no acúmulo histórico do conhecimento já produzido, o que permite ao pesquisador interpretar criticamente esse conjunto e, a partir dele, elaborar novas reflexões teóricas. Ao recorrer a artigos, livros e teses, o pesquisador deve interpretar e problematizar produções que já passaram por critérios de avaliação científica, com o propósito de realizar uma releitura ampliada que contribua para a compreensão de um novo problema. O objetivo da pesquisa é compreender de que maneira as atuais políticas educacionais configuram e influenciam as finalidades educativas escolares, repercutindo na concretização dessas políticas no currículo escolar.

O artigo está organizado em duas seções. A primeira, “Políticas educacionais, currículo e escola”, apresenta reflexões sobre política educacional articuladas ao contexto do neoliberalismo, do currículo e da instituição escolar nesse movimento reformista. A segunda seção, “Finalidades educativas escolares e escola”, destaca o surgimento dos estudos sobre finalidades educativas escolares no Brasil e suas relações à medida que se materializam na escola.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, CURRÍCULO E ESCOLA

Para tratar de política educacional no Brasil, faz-se necessário recorrer a Saviani (2008), que nos esclarece: “A política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação” (Saviani, 2008, p. 7a). A partir de Saviani (2008), entende-se que a política educacional está relacionada às decisões que o Estado toma em relação à educação, o que evidencia a não neutralidade desse processo decisório, mas, sim, a materialização de decisões que são resultados de finalidades educativas ideológicas.

Nesse sentido, observa-se que, a depender da função que o Poder Público assume em relação à educação, estabelecem-se finalidades educativas, mesmo que nem sempre de forma clara, sobretudo para os executores dessas políticas que estão no cotidiano das escolas. Desse modo, o Estado, a partir de suas decisões, implementa políticas públicas sobre o currículo, sobre a avaliação e sobre a forma de organização e gestão escolar, o que se traduz em finalidades previamente

estabelecidas. Assim, o Estado torna-se um instrumento de manutenção das políticas educacionais que serão executadas pelas escolas brasileiras.

As atuais políticas educacionais requerem atenção, sobretudo na contemporaneidade, para que se possa compreender o que está em curso na educação pública brasileira. Mas, antes, é necessário refletir sobre o tema, uma vez que a política educacional não está deslocada das políticas educacionais neoliberais em vigência no país. Sobre a temática, os autores Oliveira e Borges (2022) desenvolvem a seguinte reflexão:

O tema política educacional neoliberal representa uma discussão que necessita de aprofundamento teórico e reflexões críticas para que assim se possa compreender o que a referida temática apresenta nos dias atuais. Dias estes que estão sendo caracterizados por uma reestruturação de velhas ideias, ou seja, um tempo em que o ajuste neoliberal ganha força por meio dos novos empresários da educação. Trata-se, portanto, de um modelo em que empresários propõem reformas para a educação pública brasileira. Assim, as velhas ideias neoliberais passam a ter seu espaço consolidado ao apresentarem tais reformas que, já há algum tempo, seus idealizadores reformistas com viés no mundo empresarial intentam (Oliveira; Borges, 2022, p. 192).

De acordo com os autores Oliveira e Borges (2022), estes demonstram que a ideologia neoliberal vem ganhando espaço nas políticas educacionais no país ao reestruturar um antigo projeto, uma vez que o neoliberalismo não é novidade, mas reaparece com nova roupagem, mantendo, porém, a defesa visível do mercado como regulador das atividades, bem como a busca constante pela eficiência gerencialista e, ao fim, a responsabilização. Nesse sentido, surgem os novos empresários da educação, ou, como denomina Freitas (2018), os novos reformadores. Isso significa que empresários que antes permaneciam à margem do debate educacional começam, hoje, a ocupar posição central nas reformas destinadas à escola pública. Tais reformadores, por meio de sua reforma empresarial, adentram a educação pública por intermédio de fundações, institutos e organizações privadas e, para legitimar sua finalidade neoliberal perante a sociedade, buscam, com o apoio de intelectuais alinhados ao neoliberalismo, construir discursos, como os de modernização e eficiência, com o propósito de validar a ideologia da reforma empresarial na área da educação.

A educação torna-se necessária para a consolidação da ideologia neoliberal.

[...] o neoliberalismo considera a educação como fundamental, pois ela agrega lucros e, através da formação curricular ofertada nas escolas, reproduz sua ideologia. Dessa forma, prepara a força de trabalho, ou, dito de

outra forma, a mão de obra para o neoliberalismo, uma vez que é nas escolas que crianças, jovens e adultos são formados numa perspectiva não de formação crítica e cidadã, mas para atender às demandas do mercado. Por isso, a educação se torna estratégica para o neoliberalismo, que dela depende para desenvolver uma força de trabalho desintelectualizada, porém apta a reproduzir sua ideologia (Oliveira; Moreira; Almeida, 2025, p. 8).

Oliveira, Moreira e Almeida (2005) expõem que, dentro da ideologia neoliberal, a educação deixa de ser compreendida como direito social e passa a ser interpretada como um mecanismo voltado a atender ao mercado. Em outras palavras, a escola é concebida como espaço de formação de indivíduos que devem ajustar-se às demandas impostas pelo neoliberalismo. Nessa lógica, a educação perde o sentido de formar cidadãos capazes de transformar a sociedade, pois tal perspectiva não favorece a transformação social nem a formação de sujeitos críticos.

Para que isso ocorra, o currículo escolar torna-se a principal estratégia. É por meio dele que se organizam conteúdos, competências e habilidades esperadas, que irão forjar a formação de sujeitos para agir e comportar-se conforme regras orientadas pelo capital e pelas necessidades empresariais. Como denomina Ball (2010), criam-se sujeitos fabricados para uma economia fundamentada na performatividade.

A escola é o espaço onde esses sujeitos são formados por meio de um currículo instrumental, cuja finalidade educativa consiste em preparar a força de trabalho, uma força submetida a uma formação superficial, esvaziada de conhecimentos culturais, científicos e críticos. Como destacam Oliveira, Moreira e Almeida (2005), trata-se de uma força de trabalho desintelectualizada, porém funcional ao sistema, naturalizando o que não deveria ser naturalizado e tornando a educação necessária ao neoliberalismo. Assim, por intermédio de sua ideologia e de um currículo instrumental concretizado nas escolas, o neoliberalismo busca constituir sujeitos aptos às atividades do mercado, com reduzidas possibilidades de compreender a estrutura social vigente.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender as políticas educacionais na contemporaneidade, visto que essa ideologia não está superada na sociedade e, sobretudo, na educação. Ao longo de décadas, ela se estrutura, reestrutura e, no século XXI, fortalece-se, como se observa nos novos reformadores empresariais da educação, que articulam reformas orientadas pela lógica mercadológica, enfraquecendo a função social da educação. Entre os diversos motivos para se refletir

criticamente, reside a importância de levar adiante a discussão sobre políticas educacionais. Oliveira e Borges (2022) acrescentam que:

Falar de política em sua amplitude é compreendê-la no âmbito das políticas públicas e, está se constitui como função do governo em gerir as condições pela política na sociedade, o bem-estar dos cidadãos. Desse modo, o governante deve ser o responsável principal por conduzir a política na sociedade, resolvendo os problemas por meio de projetos de políticas públicas para o país para assim garantir direitos públicos à educação, saúde, cultura, economia, habitação, social, entre outros (Oliveira; Borges, 2022, p. 194).

Os autores Oliveira e Borges (2022) esclarecem a necessidade de compreender as políticas públicas, uma vez que é a partir delas que se concretizam as ações políticas planejadas pelo Estado. São as políticas públicas, planejadas e executadas pelo Estado, que irão ou não garantir os direitos sociais de uma nação. Nesse sentido, cabe ao governo assegurar, por meio de programas, projetos educacionais, leis, pareceres e emendas, as condições concretas para a execução das políticas educacionais.

Nessa mesma perspectiva, podemos compreender a política educacional a partir de Saviani (2008b), especialmente no que se refere às teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil. O autor esclarece que.

Do ponto de vista da relação da educação com a sociedade as teorias pedagógicas dividem-se em dois grandes grupos: aquelas que procuram orientar a educação no sentido da conservação da sociedade em que se insere, mantendo a ordem existente; e aquelas que buscam orientar a educação tendo em vista a transformação da sociedade, posicionando-se contra a ordem existente (Saviani, 2008b, p. 11).

A partir dos estudos de Oliveira e Borges (2022) e de Saviani (2008b), podemos compreender como as políticas educacionais e suas finalidades se apresentam, de forma clara ou não, em um projeto voltado à construção de uma sociedade. Considerando a escola pública, por exemplo, esta é o espaço onde as políticas públicas se concretizam e deveria ser também o local em que os direitos sociais à educação fossem garantidos. No entanto, Saviani (2008b) demonstra que, a depender da orientação, a educação pode assumir duas perspectivas distintas dentro das teorias pedagógicas: conservar ou transformar.

Diante do exposto por Saviani (2008b) e por Oliveira e Borges (2022), é necessário compreender as políticas públicas como práticas concretas que

materializam as concepções pedagógicas em vigência. Portanto, as políticas educacionais não são neutras, uma vez que é o Estado quem as elabora e executa. Cabe-lhe elaborar, executar e concretizar; nesse sentido, a política educacional implementada por meio do currículo escolar, do financiamento educacional, da avaliação e da formação de professores configura, ao fim, uma determinada concepção de educação.

Podemos exemplificar com políticas recentes que vêm ocorrendo no país, como as avaliações em larga escala que, conforme a autora Lôbo (2025), constituem mecanismos de controle, vigilância e punição impostos pelas políticas neoliberais à educação. As avaliações padronizadas incentivam a competição entre escolas e estados, fomentando uma busca constante por índices que, ao final, fortalece a lógica neoliberal de mercado, sem visar à apropriação dos conhecimentos científicos e culturais. “[...] a avaliação funciona como instrumento balizador, afetando diretamente a vida de quem está sendo avaliado e, ao mesmo tempo, moldando sujeitos e instituições à lógica neoliberal” (Manzi Filho; Santos, 2025, p. 13).

Diante desses mecanismos impostos por uma sociedade neoliberal e, conseqüentemente, pela escola que atua dentro desse contexto, compreender tais dinâmicas torna-se necessário, pois todo posicionamento governamental carrega em si a definição das finalidades educativas escolares, seja para a transformação social, seja para a manutenção da ordem existente.

FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES E ESCOLA

O estudo das finalidades educativas escolares vem sendo desenvolvido no Brasil a partir dos trabalhos realizados por um grupo de pesquisadores vinculados à Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a coordenação do professor Dr. José Carlos Libâneo e da professora Dra. Raquel A. Marra da Madeira Freitas, ambos ligados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição.

De acordo com Libâneo e Freitas (2023), a ideia inicial do projeto surgiu a partir de um convênio internacional firmado entre a Pontifícia Universidade Católica de Goiás e a Universidade de Sherbrooke, do Canadá (Quebec), que teve como representante o professor Dr. Yves Lenoir. O projeto envolveu sete países (França, México, Chile, Romênia, Ilha da Reunião, Canadá e Brasil). Conforme os autores citados, no Brasil, a pesquisa foi desenvolvida em dois estados, Goiás e São Paulo,

sendo coordenada, em Goiás, pelos professores Dr José Carlos Libâneo e Dra. Raquel A. Marra da Madeira Freitas e, no Estado de São Paulo, pela professora Dra. Vera Maria de Souza Placco.

O projeto desenvolvido no Estado de Goiás recebeu o título *Concepções de diferentes agentes educativos sobre finalidades educativas no século XXI: um estudo no Estado de Goiás* (Libâneo; Freitas, 2023). A partir desse projeto, as pesquisas sobre finalidades educativas escolares ganharam destaque no Brasil, consolidando-se como um campo relevante de investigação.

Sobre as finalidades educativas escolares, pode-se compreender, a partir de Lenoir (2013), que:

Assim como a dimensão epistemológica para a compreensão das práticas de ensino, as finalidades educativas são indicadores poderosos para identificar as orientações tanto explícitas quanto implícitas dos sistemas escolares e as funções teóricas, de sentido e de valor que elas carregam, assim como as modalidades esperadas nos planos empíricos e operacionais dentro das práticas de ensino-aprendizagem. Portanto, não é suficiente declarar que a educação tem a finalidade permitir a uma sociedade se perpetuar e se renovar (conservação), mas também de se desenvolver (evolução) (Lenoir, 2013, p. 1).

Lenoir (2013) explicita uma reflexão epistemológica no que se refere à educação e aborda a necessidade de compreender o que são as finalidades educativas escolares, uma compreensão não meramente superficial, mas que se aprofunde, para que os sujeitos possam conscientizar-se e contribuir para as transformações sociais.

Assim, a partir de Lenoir (2013), compreende-se que a forma como o conhecimento é produzido em uma sociedade e a maneira como é operacionalizado orientam o sentido das atividades práticas. Em outras palavras, busca-se, a partir dessa compreensão, cumprir o papel determinado pela sociedade; ou seja, a prática pedagógica visa formar sujeitos de acordo com um determinado tipo de organização social.

A escola, nesse sentido, torna-se um instrumento de consolidação das finalidades educativas, com o propósito de formar sujeitos para uma sociedade cujas funções são determinadas por projetos políticos e valores estabelecidos a partir de uma orientação social e cultural específica.

Lenoir (2013) esclarece que a escola possui finalidades que podem permitir à sociedade conservar-se ou evoluir. O autor, nesse sentido, apresenta uma crítica à

educação de forma geral, destacando duas possibilidades: uma visão reducionista, que entende a educação apenas como meio de perpetuação da sociedade, e outra, que a concebe como instrumento de desenvolvimento e transformação social.

Sendo assim, o conceito de finalidades educativas escolares passa a ser complexo, no sentido de sua compreensão, uma vez que, para os apoiadores do neoliberalismo, políticos e organismos internacionais como o Banco Mundial, a escola e a educação têm uma finalidade, já para quem faz a defesa de uma educação pública, laica, inclusiva e referenciada no social de vertente progressista, a educação tem outra finalidade (Oliveira; Borges, 2023, p. 114).

O que se pode identificar, a partir de Oliveira e Borges (2023), é que existe uma disputa em torno da definição das finalidades educativas escolares e, ao mesmo tempo, conforme Lenoir (2013), uma falta de consenso, sobretudo quando observadas duas perspectivas: uma de orientação neoliberal e outra de orientação progressista.

Para os autores, essa definição se constitui como complexa, pois, além das múltiplas perspectivas teóricas, existem interesses e projetos políticos em torno das finalidades, que disputam o controle da educação. De um lado, estão os defensores do neoliberalismo, que entendem a educação como formação instrumental, na qual a ênfase recai sobre o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas às exigências do mercado, uma formação técnica voltada ao treinamento para responder a avaliações padronizadas.

Já a visão progressista de educação, de acordo com Oliveira e Borges (2023), defende uma educação pública, laica, inclusiva e de qualidade pedagógica, concebida como possibilidade de transformação social.

Seria, então, uma ilusão perigosa, senão uma mistificação social, preconizar ou afirmar que as finalidades escolhidas são neutras. Estas finalidades resultam de um jogo de forças em que se defrontam interesses particulares especiais e sistemas de valores de grupos sociais. Portanto, não existem finalidades transhistóricas, transculturais e universais. A análise das finalidades educativas escolares permite, assim, captar sua ancoragem na realidade social, o sentido que elas atribuem ao processo educativo e as orientações que a sociedade - ou talvez mais precisamente aqueles que a controlam - pretende se dar, as questões e as visões que eles veiculam, bem como recomendações de atualização em sala de aula (Lenoir, 2013, p. 6).

As finalidades educativas, de acordo com o autor, não são neutras. Ao serem estabelecidas, ocultam relações de poder político e ideológico presentes em sua própria definição, as quais influenciam a educação e as práticas desenvolvidas no interior das escolas. Nesse sentido, convém adotar um posicionamento crítico e reflexivo, uma vez que, para Lenoir (2013), o discurso da neutralidade constitui uma

mistificação social, isto é, uma suposta imparcialidade que encobre uma opção política sobre o tipo de formação que se pretende realizar nas escolas.

Assim, são recorrentes diversos discursos, entre eles o de “formar cidadãos” e “preparar para a vida e para a cidadania”. No entanto, cabe questionar: que vida? Que cidadania? Vida e cidadania de acordo com o posicionamento e a racionalidade neoliberal, ou vida e cidadania sob uma perspectiva de educação progressista, que, em última instância, visa à transformação social?

A escola torna-se alvo da disputa política e ideológica, podendo tanto reproduzir a estrutura vigente, no contexto do neoliberalismo, quanto se posicionar contra essa estrutura, ao tomar consciência de sua real função social e ao abrir-se à resistência e à emancipação.

Nessa perspectiva de defesa da educação e da escola como espaço de formação das futuras gerações, a partir de uma visão social e transformadora da sociedade, pode-se refletir, com base em Libâneo (2013), sobre o papel da escola:

[...] pois elas continuam tendo uma função social insubstituível de formar os indivíduos para uma vida digna e para a compreensão e transformação da realidade. Ou seja, as forças progressistas da sociedade que continuam lutando por justiça, igualdade, condições e oportunidades iguais para toda a população, precisam lutar pela escola, buscando formas eficazes de desenvolvê-la e colocá-la a serviço dos interesses de toda a coletividade (Libâneo, 2013, p. 16).

Libâneo (2013) defende a função social da escola como um espaço da sociedade que exerce um papel formativo e emancipador, uma vez que, para o autor, a escola possui uma função social insubstituível. Assim, a instituição escolar tem como finalidade central a formação integral dos alunos, de modo que estes se apropriem dos conhecimentos produzidos pela humanidade, indispensáveis à vivência e à participação crítica na sociedade.

A escola não pode ser substituída por outra instância de aprendizagem, pois se defende que é no espaço escolar que se concretiza o ambiente ideal para o desenvolvimento humano, sobretudo quando este se orienta por uma perspectiva de transformação social. Sua finalidade educativa não pode estar direcionada apenas às regras neoliberais, ao mercado de trabalho ou à formação instrumental voltada à preparação para avaliações padronizadas. Ao contrário, sua finalidade deve se estender à formação humana, à constituição de sujeitos críticos e socialmente conscientes, que, a partir desses princípios formativos, possam atuar coletivamente e

contribuir para a transformação social, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, defende-se uma escola pública, laica, democrática, de qualidade pedagógica, inclusiva e comprometida com a formação cultural e científica dos estudantes.

Libâneo (2010) expressa que:

A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em várias manifestações: a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela estética, pela ética, bem como pela cultura paralela (meios de comunicação de massa) e pela cultura cotidiana (Libâneo, 2010, p. 9-10).

O autor propõe um ideal de escola comprometida com a formação do ser humano, destinada à emancipação intelectual e ética. A partir do exposto, compreende-se que a escola deve ir além de uma formação meramente instrumental, como a que se evidencia atualmente, marcada por um currículo prescritivo, no qual as competências e habilidades esperadas são forjadas e, ao final, testadas por meio de avaliações em larga escala.

A formação cultural e científica, portanto, contrapõe-se ao modelo de educação neoliberal e meritocrática, defendendo uma educação como direito social, garantido constitucionalmente, e jamais como privilégio de determinados grupos sociais.

Nessa perspectiva, com base em Libâneo (2010), compreende-se que uma escola de formação cultural e científica é aquela que garante aos estudantes o acesso aos bens produzidos pela cultura, pela ciência e pela humanidade. Trata-se de uma escola que forma para a vida pessoal, mas também para a vida profissional e cidadã, não se limitando à formação voltada ao mercado de trabalho, mas ampliando-se para uma proposta de formação de sujeitos éticos, críticos e solidários.

Nessa mesma direção, Charlot (2024) concebe a escola como um ambiente humano e lugar de humanização, ao afirmar que:

A questão da escola como ambiente humano e saudável pode ser colocada e abordada em duas problemáticas complementares, mas diferentes: a escola como lugar humano e a escola como lugar de humanização. 1. A escola é um lugar humano, tal como a família, a rua, as lojas, os transportes etc., e nesses lugares o ser humano não deve ser tratado de forma desumana, brutal, cruel, que não respeita a sua dignidade. 2. A escola é um lugar de humanização. Só a espécie humana tem escola, e na escola humaniza-se: nela se cria, se produz, se transmite algo do humano. A escola ajuda a produzir a criança como ser humano (Charlot, 2024, p. 8).

Evidencia-se, a partir de Charlot (2024), uma reflexão acerca da escola e de sua dupla finalidade na constituição dos seres humanos: ao mesmo tempo, a escola é um lugar humano e também um lugar de humanização. Sendo um lugar humano, ela configura um espaço social que pertence ao mundo das relações entre os seres humanos, família, rua, lojas, transportes. Diante do exposto, para que a escola seja reconhecida como um espaço humano, é necessário compreender que ela se concretiza por meio das pessoas que nela convivem por longos anos, pessoas que, em sua humanidade, carregam emoções, conflitos, perspectivas e histórias de vida. Assim, a escola deve assegurar condições para que os sujeitos que nela estão convivam com dignidade, respeito e empatia.

A escola como lugar de humanização, de acordo com Charlot (2024), é o espaço onde se produzem os seres humanos. Somente os seres humanos, ou seja, a espécie humana, possuem a capacidade de criar instituições destinadas à transmissão da cultura. Nesse sentido, a escola é concebida como um lugar privilegiado de formação humana. Enquanto instância de formação de sujeitos, pode estar a serviço de diferentes ideologias, sendo de orientação neoliberal, como se observa na atualidade, ou progressista, inspirada em ideais emancipatórios.

Nessa perspectiva, humanizar significa proporcionar condições para que gerações de alunos se apropriem dos conhecimentos produzidos pela humanidade e, ao mesmo tempo, desenvolvam capacidades intelectuais que lhes permitam reconhecer-se como sujeitos capazes de participar desse processo e transformar a si mesmos e, conseqüentemente, a sociedade.

Dessa forma, “a escola é um importante lugar de humanização porque nos dá acesso a um enorme patrimônio humano, que vai além do nosso espaço e tempo particular” (Charlot, 2024, p. 11). Isto é, a escola é compreendida como uma instituição que conecta o indivíduo à humanidade por meio da educação. Conforme o autor, os seres humanos não nascem prontos e acabados, mas se constituem como humanos ao se inserirem em um meio historicamente construído. Quando o ser humano nasce, ele possui apenas as condições biológicas do *Homo sapiens*, mas somente a educação pode transformá-lo em um ser humanizado, dotado de pensamento, criatividade, sensibilidade moral e capacidade de agir eticamente nas diversas situações humanas.

A escola, nesse sentido, tem como finalidade mediar, por meio de seus conteúdos, a herança cultural produzida pela humanidade, possibilitando aos sujeitos

em formação o acesso ao patrimônio histórico e científico acumulado ao longo do tempo. É na escola, através da educação, que os seres humanos se apropriam dos conhecimentos produzidos ao longo da história da humanidade, os quais são interpretados e reinterpretados de forma contínua.

Os estudantes matriculados nas escolas passam, assim, a apropriar-se dessa produção cultural, ampliando seu repertório intelectual e simbólico por meio das diversas expressões culturais, o que lhes possibilita dar continuidade à história da humanidade, formando uma visão de mundo crítica e transformadora.

A partir do exposto sobre a escola, adota-se como fundamento teórico para sua compreensão a perspectiva dialética histórico-cultural e o currículo de formação cultural e científica, conforme Libâneo (2019).

Esta visão tem como pressuposto a ideia de que a educação escolar é uma das mais importantes instâncias de democratização da sociedade e de promoção de inclusão social, cabendo-lhe propiciar os meios da apropriação dos saberes sistematizados constituídos socialmente, como base para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e a formação da personalidade, por meio da atividade de aprendizagem socialmente mediada. Considera-se, ademais, que a escola recebe sujeitos em sua diversidade social e cultural e, assim, faz-se necessário ligar os conteúdos às práticas socioculturais e institucionais (e suas múltiplas relações) nas quais os alunos estão inseridos. Uma das concepções pedagógicas que realçam essa posição é a teoria histórico-cultural, na tradição dos estudos de Vygotsky, em que a formação das funções psicológicas superiores decorre da atividade sócio-histórica e coletiva dos indivíduos expressa em múltiplas formas de mediação cultural do processo do conhecimento, incluindo aí o papel central do ensino na promoção do desenvolvimento humano (Libâneo, 2019, p. 48).

Nesse sentido, conforme Libâneo (2019), a escola é compreendida como um espaço de democratização, uma vez que garante a todos os que a frequentam o acesso aos conhecimentos da ciência, da cultura, da história, da arte, da filosofia, da sociologia, entre tantos outros produzidos pela humanidade. Aprender esses conhecimentos constitui um processo de mediação, no qual o aluno se desenvolve por meio das interações com os outros, mediadas pelos professores e pelos instrumentos da cultura, promovendo, assim, o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos sujeitos. Dessa forma, essa visão compreende a escola, como destacam Libâneo (2019) e Charlot (2024), como um espaço de humanização e inclusão.

O conhecimento que deve ser ofertado a crianças, jovens e adultos constitui o meio pelo qual cada um se desenvolve como ser humano, social e histórico, inserido em uma proposta de educação transformadora e de orientação progressista. Tal

concepção se contrapõe às atuais políticas educacionais de orientação neoliberal, que têm transformado a escola pública brasileira em um instrumento de controle ideológico.

Trata-se de uma educação baseada em um currículo reduzido, que restringe o papel da escola ao ensino voltado para testes, pressionando gestores, coordenadores, professores e alunos a elevar índices educacionais, o que resulta em uma formação instrumental, incapaz de promover a formação cultural e científica dos estudantes.

Os alunos das escolas públicas brasileiras, que mais necessitam de uma educação cultural e científica, acabam sendo privados dessa oportunidade, uma vez que seguem um currículo de caráter instrumental, que os distancia dos conhecimentos essenciais à formação humana integral.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As análises realizadas neste artigo evidenciam que as políticas educacionais, influenciadas pelo neoliberalismo, têm se mostrado definidoras das finalidades educativas escolares para seus idealizadores; contudo, para os executores, nem sempre essas finalidades se apresentam de forma clara ou plenamente compreensível.

As políticas neoliberais se materializam na escola por meio do currículo, concebido com uma orientação instrumental que deve ser executada para atender, no futuro, às demandas do mercado. Nesse contexto, reforça-se a necessidade de uma padronização curricular. As escolas, sobretudo as públicas, passam a atuar como espaços estratégicos para a implementação e execução das reformas educacionais.

Ao articular políticas educacionais e finalidades educativas escolares, verifica-se a relevância desta relação para uma compreensão crítica do movimento reformista contemporâneo. A análise realizada evidencia que as finalidades atribuídas à escola resultam de disputas ideológicas que buscam exercer controle por meio do currículo, materializado no cotidiano escolar. É fundamental que professores, alunos e famílias compreendam o que está em curso e quais implicações essas propostas representam para a educação e para os estudantes.

Os resultados, embora limitados pelo espaço destinado a um artigo científico, destacam a importância de continuar aprofundando e problematizando as políticas educacionais e as finalidades educativas escolares, especialmente no atual contexto permeado por diversas reformas. É necessário defender a escola pública brasileira como espaço de formação científica, cultural, ética e de alto nível, sobretudo para os estudantes das camadas populares, que encontram na escola pública a principal via de acesso a esses conhecimentos. A escola, enquanto espaço de formação humana, não pode ser reduzida a um instrumento de políticas neoliberais centradas em avaliações em larga escala; deve permanecer como instância social comprometida com a emancipação dos estudantes.

Desse modo, o currículo escolar, dentro da perspectiva neoliberal vigente no país, torna-se um intermediário entre a política e a prática cotidiana das escolas, produzindo finalidades educativas orientadas pela gestão por resultados e pela mensuração de desempenhos, o que não se traduz, necessariamente, em uma aprendizagem com qualidade pedagógica.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 35, n. 2, 2010.

CHARLOT, Bernard. A escola como ambiente humano e lugar de humanização. In: CHARLOT, Bernard et al. **Construindo escolas saudáveis e humanas**. São Paulo: Educon, 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LENOIR, Yves. LA LOGIQUE UTILITARISTE ET LA DÉFORMATION DES FINALITÉS DES SCIENCES HUMAINES ET SOCIALES ET DE LA SCIENCE D'ÉDUCATION. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, Brasil, v. 24, n. 1, p. 33 páginas, 2021.

LENOIR, Yves. **Les finalités éducatives scolaires, un'objet hautement problématique**. In: Bulletin n. 4, 2013. Chaire de Recherche du Canada sur l'Intervention éducative. Faculté de Education. Université de Sherbrooke, Canadá. Tradução de José Carlos Libâneo.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. **Finalidades educativas da educação escolar:** a visão de agentes internos e externos à escola. (Org.). Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2023.

LÔBO, Daniella Couto. Política de avaliação em larga escala: controle, vigilância e punição à luz de Michel Foucault. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais** - Dossiê: Educação em Perspectiva: Desafios e Olhares Reflexivos v.14, n.02, 2025.

MANZI FILHO, Ronaldo; SANTOS, Gabriel da Silva. Sociedade neoliberal, escola neoliberal: entre a produção de práticas avaliativas e a proliferação de diagnósticos clínicos. **Itinerários Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco** - Dossiê Estudos Culturais em Educação: proposições, articulações e reverberações v. 11, n. 20. 2025.

OLIVEIRA, Daniel Junior de; BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES: ALGUNS APONTAMENTOS PARA COMPREENDER A ESCOLA NO ATUAL CONTEXTO. **Revista Científica da UniMais**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 109–120, 2023.

OLIVEIRA, Daniel Junior de; BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. Políticas e políticas educacionais neoliberais: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, Daniel Junior de; BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **Pesquisa e produção do conhecimento:** múltiplas visões. (Org.). Goiânia. Lutz, 2022.

OLIVEIRA, Daniel Junior de; MOREIRA, Gleidson de Oliveira; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. Políticas educacionais neoliberais: o sentido atribuído às velhas ideias em outros tempos. **HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM)** - vol. 61 – Out./Dez. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], n. 24, 2008,a.

SAVIANI, Dermeval. Teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unoeste – Campinas Foz do Iguaçu**, v 10 N. 02, 2008, b.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.